



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001237-98.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Requerente: **MARIA CRISTINA NUNES DE ANDRADE**
 Requerido: **NET SÃO CARLOS S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

MARIA CRISTINA NUNES DE ANDRADE, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de NET SÃO CARLOS S/A, também qualificada, alegando tenham firmado contrato *Plano Combo Família* em abril de 2012, o qual, após reiteradas cobranças de valor superior ao proposto inicialmente, a autora houve por bem rescindir, fazendo a entrega dos equipamentos em 10 de dezembro de 2012, data em que quitou o saldo de R\$ 322,46, recebendo visita dos técnicos da ré em 11 de janeiro de 2013 que lhe informaram sobre um saldo em aberto de R\$ 94,79 que foi quitado naquela mesma data, não obstante o que no mês de abril de 2013 veio a tomar conhecimento de um apontamento determinado pela ré em seu nome, a respeito de um suposto débito vencido em 08 de fevereiro de 2013 no valor de R\$ 46,02 com indicação de uma empresa terceirizada pela ré de nome *Wireless One Provedor de Internet Ltda*, dívida que não reconhece e que a ré insiste em cobrar, de modo que pretende a declaração de inexistência dessa relação e a condenação da ré a indenizar o dano moral gerado pela indevida inscrição de seu nome em cadastro de inadimplente pelo valor de R\$ 25.000,00.

A ré contestou o pedido sustentando que o débito refere-se ao valor proporcional do contrato até 11 de janeiro de 2013, data em que efetivamente rescindido com emissão de ordem de desconexão, não podendo o documento de fls. 14 ser tomado à guisa de quitação, de modo que, não havendo prova de ilicitude ou infração contratual praticada durante o curso do contrato, conclui pela improcedência da ação.

A autora replicou nos termos da inicial.

É o relatório.

Decido.

Conforme pode ser lido na contestação, a ré afirma que "*pretendendo romper o vínculo contratual, a Autora no final do mês de dezembro de 2012, solicitou o cancelamento dos serviços*", aduzindo que "*naquela oportunidade fora gerada ordem de desconexão dos serviços e retirada do equipamento para o dia 11 de janeiro de 2013, o que fora efetivamente cumprido pela Ré, conforme comprova o documento de fls. 14*", donde concluiu pela "*inexistência de qualquer irregularidade praticada pela Ré*" (fls. 31).

Contudo, cumpre considerar que a ré admite tenha havido solicitação de rescisão, da parte da autora, ainda em dezembro de 2012, sujeitando, não obstante, a efetiva rescisão do contrato à data de sua conveniência.

Com o devido respeito, não houve, como afirma a ré, um acerto com o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

consumidor, no caso, a autora, fixando o dia 11 de janeiro de 2013 como a data para o término da relação contratual.

Ao contrário, sustenta a autora, na inicial, que já no dia 10 de dezembro de 2012 solicitara a retirada do equipamento.

É evidente, portanto, a conduta manifestamente potestativa cujo direito se reserva a ré, de fixar a data da rescisão do negócio, e consequentemente continuar a faturar o valor do serviço, unilateralmente, em franca ofensa ao disposto no art. 115 do Código Civil.

A cobrança é, portanto, indevida, devendo ser declarada a inexistência da dívida no valor de R\$ 46,02 referente ao contrato nº 004344904/02SY3R com vencimento em 08 de fevereiro de 2013.

A respeito do apontamento do nome da autora no SPC, não há dúvida gere dano moral, porquanto crie impedimento de acesso ao crédito, crédito que, *“em sentido amplo, representa um cartão que estampa nossa personalidade, e em razão de cujo conteúdo seremos bem ou mal recebidos pelas pessoas que conosco se relacionam na diuturnidade da vida privada”* (cf. YUSSEF SAID CAHALI)¹, consistindo o só abalo deste crédito num efetivo prejuízo moral, acerca do qual não haverá falar-se em necessidade de produção de prova cabal dos prejuízos morais, *“eis que a indenização dos danos morais identifica-se apenas com padecimentos intelectuais ou subjetivos próprios das pessoas vitimadas por condutas ilícitas - Pedido juridicamente possível - Preliminar rejeitada”* (Apelação n. 1.022.297-8 - Décima Primeira Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil - votação unânime - VASCONCELLOS BOSELLI, Relator)².

A responsabilidade civil da ré, portanto, é inegável, cumprindo seja liquidado o dano.

A autora reclama ter sido impedida de comprar a prazo na loja *Jô Calçados*, fato que a ré não impugna nem faz prova em contrário, de modo que, *“se o fato narrado pelo autor não é impugnado especificamente pelo réu de modo preciso, este fato, presumido verdadeiro, deixa de ser fato controvertido”* (cf. JOSÉ JOAQUIM CALMOM DE PASSOS³), pois *“a regra do art. 302 dispensa o fato não contestado de prova e impede que o juiz forme uma convicção própria sobre ele”* (LUIZ GUILHERME MARINONI)⁴.

Há, portanto, dano moral não apenas potencial, mas real, a despeito do que o pleito da autora, de ver-se indenizada em R\$ 25.000,00 parece-nos, com o devido respeito, exagerado.

A ver deste Juízo a fixação da indenização em valor equivalente a cem (100) vezes o valor da inscrição, ou seja, em R\$ 4.602,00, parece-nos suficiente a reparar o constrangimento sofrido pela autora, tomando-se em conta a repercussão exclusivamente pessoal causada pelo fato da recusa do crédito, não presenciado por terceiros, atento a que assim não estja narrado na inicial.

Da parte da ré, parece-nos que a reprimenda nos patamares ora fixados se mostrará suficiente a impor maior cautela no trato com os consumidores, prevenindo futuros eventos.

Fica, portanto, assim definida a condenação, devendo sobre o valor fixado ser contada correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença.

¹ YUSSEF SAID CAHALI, *Dano Moral*, RT, SP, 1998, n. 9.2, p. 358.

² LEX - JTACSP - Volume 194 - Página 116

³ JOSÉ JOAQUIM CALMOM DE PASSOS, *Comentários ao Código de Processo Civil*, Vol. III, 8ª ed., 2001, Forense-RJ, n. 197.2/3/4, p. 287.

⁴ LUIS GUILHERME MARINONI, *Tutela Antecipada, Julgamento Antecipado e Execução Imediata da Sentença*, 4ª ed., 2000., n. 5, p. 79.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A sucumbência é recíproca em relação ao pedido de indenização, considerando o valor postulado pela ré, de modo que ficam compensados os encargos a este título nessa parte da demanda, cumprindo, não obstante, observar que a ré também sucumbiu no pedido declaratório, de modo que cumprir-lhe-á arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado, portanto, no mínimo legal.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que DECLARO INEXISTENTE o débito faturado pela ré NET SÃO CARLOS S/A em nome da autora MARIA CRISTINA NUNES DE ANDRADE no valor de R\$ 46,02 (*quarenta e seis reais e dois centavos*) referente ao contrato nº 004344904/02SY3R com vencimento em 08 de fevereiro de 2013 ou contrato nº 053/004344304 conforme indicado na inicial, **tornando definitiva** a medida que antecipou a tutela e determinou a exclusão do nome da autora dos cadastros de inadimplentes por conta dessa dívida; CONDENO a ré NET SÃO CARLOS S/A a pagar à autora MARIA CRISTINA NUNES DE ANDRADE indenização por dano moral no valor de R\$ 4.602,00 (*quatro mil seiscentos e dois reais*), acrescida de correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença, e CONDENO a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado, na forma e condições acima.

P. R. I.

São Carlos, 11 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**